

Decreto quer tirar analistas (justo) da análise de pedidos

Responsáveis por 10,12% da fila, 4.292 servidores podem deixar de checar processos

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Martha Imenes

A fila de requerimentos em análise no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode ultrapassar - e muito - a marca de 3 milhões. Em novembro, o estoque já somava 2,9 milhões de pedidos pendentes, segundo o Portal de Transparência Previdenciária. Se levados em conta os dados do Boletim Estatístico da Previdência Social (Beps) de dezembro, esse número passou de 3 milhões de requerimentos. E a tendência é de crescimento diante de uma proposta em estudo pelo governo federal que retira os analistas do seguro social justamente da análise de processos.

Uma minuta de decreto presidencial, à qual o Correio da Manhã teve acesso, prevê que apenas os técnicos do seguro social fiquem responsáveis por atividades como reconhecimento de direitos, apuração de irregularidades e operacionalização cadastral. A medida, segundo áreas internas da autarquia, ignora alertas sobre risco de colapso no atendimento.

Dados da Coordenação-Geral de Gestão das Centrais de Análise (CGCEA) mostram que 4.292 analistas respondem por mais de 10% da produção líquida das centrais. Com a exclusão desses servidores, aproximadamente



INSS tem hoje cerca de 4 mil analistas do seguro social, que respondem por 10,12% da fila

60 mil processos deixariam de ser analisados mensalmente. O INSS conta hoje com cerca de 19 mil funcionários.

A Auditoria-Geral da autarquia previdenciária classifica a perda de força de trabalho como um risco sem precedentes, explica a Associação Nacional de Analistas do Seguro Social (Anaseg), especialmente em um cenário em que a fila de perícias médicas já supera 1,2 milhão de pendências e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos com mais de

65 anos e pessoas com deficiência desde que ambos comprovem baixa renda, acumulam mais de 632 mil requerimentos.

Origem da proposta

A mudança decorre da Cláusula Quinta do Termo de Acordo de Greve nº 37/2024, firmado com entidades representativas dos servidores. O objetivo, segundo a associação, é blindar o cargo de técnico contra um suposto risco de extinção, garantindo aos técnicos

a exclusividade na atividade-fim do INSS.

O ingresso no cargo de técnico exige nível médio, enquanto o de analista requer formação superior. A Anaseg alerta que 45% do quadro ativo de analistas ficaria em um "limbo funcional", atuando apenas em caráter excepcional e transitório, sujeito a renovação anual.

Áreas técnicas do INSS também criticam a minuta. Uma delas afirma que a microespecificação de tarefas engessa a instituição; outra destaca que não

há precedentes na administração pública federal para a centralização de funções em cargos de nível intermediário, excluindo servidores de nível superior.

Os nomes das áreas técnicas foram preservados para evitar possível retaliação. "Não podemos expressar o que pensamos e muito menos apontar o que avaliamos como equívoco. A atual gestão não leva em conta nossas avaliações como servidores de carreira do INSS e pessoas que lidam no dia a dia com reconhecimento de direitos", diz uma fonte.

Suspeita de ajuste

Além das questões administrativas, a Anaseg levanta suspeitas de que a medida (retirada de mais de 4 mil analistas da análise de requerimentos) possa ser usada como ferramenta de ajuste fiscal para o governo. Ao reduzir a velocidade das concessões, o governo diminuiria o gasto previdenciário imediato.

Fontes da associação afirmam que manter a fila represada em ano eleitoral pode servir para conter artificialmente o déficit do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS).

Em 2023, dados apontavam que um em cada seis benefícios era concedido por via judicial, e a judicialização já consumia 15% do orçamento do fundo.

Fila nacional não prioriza casos graves

Agência Gov

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) iniciou em janeiro a operação de uma fila nacional para análise de benefícios, medida que busca reduzir o tempo de espera e equilibrar a distribuição de processos entre diferentes regiões do país. Apesar da mudança, segurados em situação crítica continuam enfrentando atrasos para a realização de perícias médicas e acesso ao benefício.

Isso ocorre, segundo o Ministério da Previdência Social (MPS), porque a fila segue a ordem cronológica de entrada dos requerimentos. A identificação da enfermidade ocorre apenas no momento da perícia médica.

Dados do BEPs

O tamanho atual da fila do instituto é um desafio adicional para segurados que dependem do benefício. De acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social (Beps) de dezembro de 2025, o INSS soma hoje mais de 3 milhões de requerimentos de benefícios em análise ou

aguardando perícia médica inicial. O número representa um novo recorde.

Desse total, cerca de 982,2 mil estão dentro do prazo de até 45 dias, enquanto quase 1,7 milhão já ultrapassou esse período. Outros 357 mil pedidos permanecem pendentes por falta de cumprimento de exigências documentais por parte dos segurados.

Dados do Beps mostram que, do total da fila, quase 1,7 milhão de requerimentos já ultrapassaram o prazo legal de 45 dias. Em alguns casos, segurados chegam à perícia já recuperados, o que pode resultar na negativa do benefício ou na ausência de pagamento retroativo.

O advogado previdenciarista Rômulo Saraiva diz que a falta de priorização clara ainda é um dos principais problemas do sistema. Segundo ele, apesar de existirem leis que asseguram atendimento preferencial a determinados grupos em situações como o pagamento de precatórios, o fluxo de marcação



Do total da fila, grande parte aguarda perícia médica

de perícias do INSS não distingue a gravidade dos casos no momento do agendamento.

Há ainda casos, de acordo com Saraiva, em que pessoas se machucam e esperam tanto tempo que, quando realizam a perícia, já estão melhores ou até voltaram a trabalhar, o que pode levar à negativa do benefício ou à não concessão dos valores de forma retroativa.

Home office

Saraiva diz que o grande contingente de servidores da autarquia em regime de home office também pode estar afetando o atendimento aos beneficiários. Para o especialista, com o retorno de um número maior de funcionários ao trabalho presencial, a fila poderia avançar com mais rapidez.

"A demanda social da Previdência é muito peculiar. São pessoas que não sabem mexer no celular, que não têm internet, que têm dúvidas mesmo", afirma.

Com informações da Folhapress